



JUSTIÇA CLIMÁTICA E EVENTOS EXTREMOS: A DESPROPORCIONALIDADE DOS IMPACTOS CLIMÁTICOS EM POPULAÇÕES MAIS VULNERÁVEIS

Autor(res)

Eduardo Augusto Gonçalves Dahas
Claudia Lourenço Blanco Saldanha

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

A intensificação dos eventos climáticos extremos no Brasil e no mundo tem evidenciado profundas desigualdades sociais na distribuição de seus impactos. Nesse cenário, a justiça climática surge como um conceito fundamental para compreender como populações vulneráveis — especialmente comunidades periféricas, ribeirinhas, negras, pardas e indígenas — são desproporcionalmente afetadas. Essa realidade pode ser interpretada como uma forma de racismo ambiental, na medida em que determinados grupos sociais enfrentam maiores riscos devido a fatores históricos, econômicos e estruturais. Assim, discutir justiça climática torna-se essencial para promover equidade, visibilidade e proteção a essas populações, bem como para orientar políticas públicas mais inclusivas e eficazes.

Objetivo

Analisar a relação entre justiça climática e eventos extremos, evidenciando a desigualdade na distribuição de seus impactos e refletindo sobre a necessidade de políticas baseadas na equidade e na garantia dos direitos humanos.

Material e Métodos

A pesquisa possui abordagem qualitativa e foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica. Foram utilizados artigos científicos, relatórios e produções acadêmicas voltadas à temática da justiça climática, eventos extremos e desigualdade social. A análise considerou tanto o contexto brasileiro quanto comparações internacionais, buscando identificar padrões de vulnerabilidade e respostas institucionais. Os dados foram organizados de forma interpretativa, permitindo compreender as relações entre fatores socioeconômicos e a exposição desigual aos impactos ambientais.

Resultados e Discussão

Os resultados indicam que eventos extremos, como enchentes e secas, afetam de maneira mais intensa as populações vulneráveis, em razão da precariedade da infraestrutura, da ocupação de áreas de risco e da insuficiência de políticas públicas eficazes. Esse cenário reforça a existência do racismo ambiental, uma vez que determinados grupos são sistematicamente mais expostos aos danos. A justiça climática propõe a inclusão dessas populações nos processos decisórios, garantindo maior equidade. Contudo, observa-se que as estratégias de adaptação ainda são limitadas e pouco acessíveis. Dessa forma, torna-se necessário implementar políticas

VII CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

Emergência Climática e Estado de Direito: Quem Responde Pelo Futuro?



integradas que articulem justiça social, ambiental e racial, promovendo a redução das desigualdades e maior proteção às comunidades afetadas.

Conclusão

Conclui-se que a justiça climática é essencial para enfrentar os impactos desproporcionais dos eventos extremos. O reconhecimento dessas desigualdades possibilita o desenvolvimento de políticas mais equitativas e inclusivas, voltadas à proteção dos direitos humanos e à promoção de modelos sustentáveis, especialmente para populações vulneráveis.

Referências

BARREIROS, Rogger et al. Entenda o que é justiça climática. Programa Clima – COPE, 2025. MILANEZ, Bruno; FONSECA, Igor Ferraz. Justiça climática e eventos extremos: o caso das enchentes no Brasil. 2010. SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS. Justiça climática e estratégias de adaptação às mudanças climáticas no Brasil e Portugal. 2021.